



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 15 de abril de 2021
(OR. en)

7710/21

LIMITE

CORLX 208
CFSP/PESC 351
RELEX 289
COASI 56
COARM 71
FIN 262

ATOS LEGISLATIVOS E OUTROS INSTRUMENTOS

Assunto: REGULAMENTO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 401/2013 relativo a medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2021/... DO CONSELHO

de ...

**que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 401/2013
relativo a medidas restritivas
tendo em conta a situação em Myanmar/Birmânia**

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 401/2013 do Conselho, de 2 de maio de 2013, relativo a medidas restritivas tendo em conta a situação em Myanmar/Birmânia¹, nomeadamente o artigo 4.º-I,

Tendo em conta a proposta do alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança,

¹ JO L 121 de 3.5.2013, p. 1.

Considerando o seguinte:

- (1) Em 2 de maio de 2013, o Conselho adotou o Regulamento (UE) n.º 401/2013.
- (2) Em 22 de março de 2021, o Conselho adotou o Regulamento (PESC) 2021/479¹, que alargou os critérios de designação para incluir atividades que comprometam a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como a possibilidade de impor medidas restritivas contra os interesses económicos das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw).
- (3) Em 22 de março de 2021, o Conselho adotou igualmente o Regulamento (UE) 2021/480², que impôs medidas restritivas contra onze pessoas em resposta ao golpe militar perpetrado em 1 de fevereiro de 2021 e às graves violações dos direitos humanos cometidas desde então pelas forças militares e policiais de Mianmar/Birmânia.
- (4) Tendo em conta que se mantém a grave situação em Mianmar/Birmânia, deverão ser aditadas dez pessoas e duas entidades à lista de pessoas singulares e coletivas, entidades e organismos sujeitos a medidas restritivas que figura no anexo IV do Regulamento (UE) n.º 401/2013.
- (5) O anexo IV do Regulamento (UE) n.º 401/2013 deverá, pois, ser alterado em conformidade,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

¹ Regulamento (PESC) 2021/479 do Conselho, de 22 de março de 2021, que altera o Regulamento (UE) n.º 401/2013 relativo às medidas restritivas aplicáveis ao Mianmar/Birmânia (JO L 99I de 22.3.2021, p. 13).

² Regulamento de Execução (UE) 2021/480 do Conselho, de 22 de março de 2021, que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 401/2013 relativo às medidas restritivas aplicáveis ao Mianmar/Birmânia (JO L 99I de 22.3.2021, p. 15).

Artigo 1.º

O anexo IV do Regulamento (UE) n.º 401/2013 é alterado nos termos do anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no dia da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em ..., em

Pelo Conselho

O Presidente

ANEXO

O anexo IV do Regulamento (UE) n.º 401/2013 é alterado do seguinte modo:

1) É aditado o seguinte título ao quadro:

"A. Lista de pessoas singulares a que se refere o artigo 4.º-A";

2) São aditadas as seguintes pessoas singulares:

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|------|--|--|---|---------------------------|
| "26. | MAHN Nyein Maung (t.c.p. P'do, Phado Man Nyein Maung) | Membro do Conselho de Administração do Estado; | Mahn Nyein Maung é membro do Conselho de Administração do Estado (CAE). | + |

+ JO: inserir a data de publicação do presente regulamento.

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|--|------|--|---|---------------------------|
| | | <p>Nacionalidade: Mianmar;</p> <p>Data de nascimento: circa 1947;</p> <p>Género: masculino</p> | <p>Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Mahn Nyein Maung está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.</p> | |

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|--|------|----------------------------|---|---------------------------|
| | | | <p>Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. O CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Mahn Nyein Maung é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.</p> | |

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|-----|-------------|--|--|---------------------------|
| 27. | THEIN Nyunt | <p>Membro do Conselho de Administração do Estado; Presidente do Novo Partido da Democracia Nacional (NNDP);</p> <p>Data de nascimento: 26 de dezembro de 1944;</p> <p>Local de nascimento: Kawkareik (estado de Karen) Mianmar/Birmânia;</p> <p>Nacionalidade: Mianmar;</p> <p>Número de identificação: 12/THAGAKA(NAING)01243 2;</p> <p>Género: masculino</p> | <p>Thein Nyunt é membro do Conselho de Administração do Estado (CAE).</p> <p>Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Thein Nyunt está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.</p> | + |

+ JO: inserir a data de publicação do presente regulamento.

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|--|------|----------------------------|--|---------------------------|
| | | | <p>Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. O CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Thein Nyunt é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.</p> | |

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|-----|----------------|--|--|---------------------------|
| 28. | KHIN Maung Swe | <p>Membro do Conselho de Administração do Estado; Presidente do partido Força Democrática Nacional (NDF);</p> <p>Data de nascimento: 24 de julho de 1942;</p> <p>Local de nascimento: Ngathaingchaung, distrito de Pathein, Mianmar/Birmânia;</p> <p>Nacionalidade: Mianmar;</p> <p>Género: masculino</p> | <p>Khin Maung Swe é membro do Conselho de Administração do Estado (CAE).</p> <p>Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Khin Maung Swe está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.</p> | + |

+ JO: inserir a data de publicação do presente regulamento.

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|--|------|----------------------------|---|---------------------------|
| | | | <p>Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. O CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Khin Maung Swe é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.</p> | |

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|-----|-------------|--|--|---------------------------|
| 29. | AYE Nu Sein | <p>Membro do Conselho de Administração do Estado; vice-presidente do Partido Nacional do Arracão;</p> <p>Data de nascimento: 24 de março de 1957;</p> <p>Local de nascimento: Sittwe, estado do Arracão (Rakhine), Mianmar/ Birmânia;</p> <p>Nacionalidade: Mianmar;</p> <p>Género: feminino</p> | <p>Aye Nu Sein é membro do Conselho de Administração do Estado (CAE).</p> <p>Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Aye Nu Sein está diretamente envolvida na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.</p> | + |

+ JO: inserir a data de publicação do presente regulamento.

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|--|------|----------------------------|--|---------------------------|
| | | | <p>Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. O CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Aye Nu Sein é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.</p> | |

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|-----|-----------------------|--|---|---------------------------|
| 30. | Jeng Phang Naw Htaung | Membro do Conselho de Administração do Estado; Nacionalidade: Mianmar; Género: masculino | Jeng Phang Naw Htaung é membro do Conselho de Administração do Estado (CAE). Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CAE, Jeng Phang Naw Htaung está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. | + |

+ JO: inserir a data de publicação do presente regulamento.

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|--|------|----------------------------|--|---------------------------|
| | | | <p>Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. O CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Jeng Phang Naw Htaung é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.</p> | |

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|-----|----------|--|---|---------------------------|
| 31. | MAUNG Ha | Membro do Conselho de Administração do Estado; Nacionalidade: Mianmar; Género: masculino | Maung Ha é membro do Conselho de Administração do Estado (CAE). Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CAE, Maung Ha está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. | + |

+ JO: inserir a data de publicação do presente regulamento.

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|--|------|----------------------------|---|---------------------------|
| | | | <p>Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. O CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Maung Ha é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.</p> | |

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|-----|----------------|---|--|---------------------------|
| 32. | SAI Long Hseng | <p>Membro do Conselho de Administração do Estado;</p> <p>Data de nascimento: 18 de abril de 1947;</p> <p>Local de nascimento: Kengtung, Mianmar/ Birmânia;</p> <p>Nacionalidade: Mianmar;</p> <p>Cartão de verificação da cidadania: Katana (Naing) 0052495;</p> <p>Número no Registo Nacional de Cidadãos (RNC): 13/ KATANA (N)-005249;</p> <p>Género: masculino</p> | <p>Sai Long Hseng é membro do Conselho de Administração do Estado (CAE).</p> <p>Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Sai Long Hseng está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.</p> | + |

+ JO: inserir a data de publicação do presente regulamento.

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|--|------|----------------------------|---|---------------------------|
| | | | <p>Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. O CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Sai Long Hseng é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.</p> | |

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|-----|------------|--|--|---------------------------|
| 33. | Saw Daniel | <p>Membro do Conselho de Administração do Estado;</p> <p>Data de nascimento: 25 de novembro de 1957;</p> <p>Local de nascimento: Loikaw (estado de Kayah), Mianmar/Birmânia;</p> <p>Nacionalidade: Mianmar;</p> <p>Género: masculino</p> | <p>Saw Daniel é membro do Conselho de Administração do Estado (CAE).</p> <p>Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Saw Daniel está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.</p> | + |

+ JO: inserir a data de publicação do presente regulamento.

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|--|------|----------------------------|---|---------------------------|
| | | | <p>Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. O CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Saw Daniel é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.</p> | |

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|-----|-----------------|--|---|---------------------------|
| 34. | BANYAR Aung Moe | Membro do Conselho de Administração do Estado; Nacionalidade: Mianmar; Género: masculino | Banyar Aung Moe é membro do Conselho de Administração do Estado (CAE). Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CAE, Banyar Aung Moe está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. | + |

+ JO: inserir a data de publicação do presente regulamento.

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|--|------|----------------------------|--|---------------------------|
| | | | <p>Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. O CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade.</p> <p>Na qualidade de membro do CAE, Banyar Aung Moe é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.</p> | |

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|-----|--|---|---|---------------------------|
| 35. | U Chit NAING (t.c.p.: Sate Pyin Nyar) | Ministro da Informação; Data de nascimento: dezembro de 1948; Local de nascimento: aldeia de Kyee Nee, município de Chauk, região de Magway, Mianmar/ Birmânia; Nacionalidade: Mianmar; Endereço: N.º 150, Yadanar Street, Yadanar Housing (perto da aldeia de Tine Yin Thar), município de Tharkayta, Yangon, Mianmar; | U Chit Naing é ministro da Informação desde 2 de fevereiro de 2021. Foi nomeado pelo presidente do Conselho de Administração do Estado (CAE) que assumiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado em 2 de fevereiro de 2021. Na qualidade de ministro da Informação, é responsável pelos meios de comunicação estatais (os jornais MWD, MRTV, Myanmar Alin, Kyemon e Global New Light of Myanmar e as agências noticiosas Myanmar News Agency (MNA) e Myanmar Digital News), e, por conseguinte, pela difusão e publicação de notícias oficiais. Desde que assumiu o cargo de ministro da Informação, os jornais encheram-se de artigos pró-militares; por conseguinte, é responsável pela propaganda da junta e pela difusão de desinformação através dos meios de comunicação estatais, que não fornecem informações rigorosas. É diretamente responsável por decisões que conduziram à repressão dos meios de comunicação social em Mianmar, nomeadamente diretivas, que ordenaram que os meios de comunicação independentes não utilizassem os termos "golpe de Estado", "regime militar" e "junta", e que resultaram na proibição de cinco canais de informação locais no país. Por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia em Mianmar/Brmânia através da limitação da liberdade de imprensa e do acesso à informação, tanto em linha como fora de linha. | + |

+ JO: inserir a data de publicação do presente regulamento.

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|--|------|---|---|---------------------------|
| | | Responsável pelos meios de comunicação estatais (os jornais MWD, MRTV, Myanmar Alin, Kyemon e Global New Light of Myanmar e as agências noticiosas Myanmar News Agency (MNA) e Myanmar Digital News). | Nas suas declarações, apoiou publicamente o golpe militar. Na qualidade de ministro da Informação, nomeado pelo presidente do CAE, U Chit Naing é responsável por ações e políticas que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como a ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia. | ”; |

3) São aditados o título e o quadro seguintes:

"B. Pessoas coletivas, entidades e organismos a que se refere o artigo 4.º-A

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|----|--|---|--|---------------------------|
| 1. | Myanmar Economic Holdings Public Company Ltd | Endereço: 51 Mahabandoola road, 189/191 Botataung, região de Yangon, Mianmar 11 161; Tipo de entidade: Sociedade anónima; Local de registo: Yangon, Mianmar/Birmânia; Data de registo: 27 de abril de 1990; | A Myanmar Economic Holdings Public Company Ltd (MEHL) consiste num conglomerado de empresas detido e controlado pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e que tem filiais e empresas associadas em diversos setores económicos, nomeadamente a banca, os seguros, a construção, o comércio, os transportes, a mineração, a extração de pedras preciosas, a indústria transformadora e o turismo. A MEHL e as suas filiais geram receitas para as Tatmadaw e prestam-lhes igualmente serviços; por conseguinte, contribuem para que as Tatmadaw disponham das capacidades necessárias para levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito e cometer graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia. A MEHL e as suas filiais fizeram donativos para as forças militares em 2017, durante as cerimónias de angariação de fundos das Tatmadaw. Por conseguinte, a MEHL apoiou financeiramente as Tatmadaw, contribuindo assim para a sua capacidade de levar a cabo "operações de limpeza" e de cometer graves violações dos direitos humanos contra a população roinja em 2017. | + |

+ JO: inserir a data de publicação do presente regulamento.

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|--|------|--|---|---------------------------|
| | | <p>Número de registo: 156387282;</p> <p>Estabelecimento principal: Mianmar/Birmânia;</p> <p>Associados: Conselho de administração: Tenente-general Aung Lin Dwe: diretor (designado pela UE); Tenente-general Moe Myint Tun: diretor (designado pela UE); Grupo de patronos: Comandante-chefe Min Aung Hlaing: presidente (designado pela UE); Comandante-chefe adjunto Soe Win: vice-presidente (designado pela UE);</p> <p>Número de telefone: 01-290843</p> <p>Sítio Web: http://www.mehl.com.mm/</p> | <p>O conselho de administração da MEHL é composto exclusivamente por oficiais gerais (no ativo ou aposentados) das Tatmadaw. Dois membros do conselho de administração (o tenente-general Aung Lin Dwe e o tenente-general Moe Myint Tun) são igualmente membros do Conselho de Administração do Estado, o órgão <i>ad hoc</i> criado na sequência do golpe de Estado de 1 de fevereiro e que atualmente governa, de facto, Mianmar, e figuram na lista por força da Decisão 2013/184/PESC do Conselho e do Regulamento (UE) n.º 401/2013 do Conselho, que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia.</p> <p>Além disso, o comandante-chefe Min Aung Hlaing e o comandante-chefe adjunto Soe Win lideram o grupo de patronos da MEHL, respetivamente na qualidade de presidente e vice-presidente. Por conseguinte, a MEHL está associada a Min Aung Hlaing e a Soe Win, que figuram na lista por força da Decisão 2013/184/PESC do Conselho e do Regulamento (UE) n.º 401/2013 do Conselho, que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia.</p> | |

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|----|--------------------------------------|---|---|---------------------------|
| 2. | Myanmar Economic Corporation Limited | <p>Endereço: esquina de Ahlone road & Kannar road, Ahlone, Yangon, Mianmar;</p> <p>Tipo de entidade: Sociedade por ações;</p> <p>Local de registo: Yangon, Mianmar/Birmânia</p> <p>Data de registo: fundada em 1997 como empresa pública e registada como empresa privada em 9 de janeiro de 2019;</p> <p>Número de registo: 105444192;</p> | <p>A Myanmar Economic Corporation (MEC) constitui um conglomerado de empresas detido e controlado pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e que tem filiais e empresas associadas em diversos setores económicos, nomeadamente a banca, os seguros, a construção, o comércio, os transportes, a mineração, a extração de pedras preciosas, a indústria transformadora e o turismo. A MEC e as suas filiais geram receitas para as Tatmadaw e prestam-lhes igualmente serviços; por conseguinte, contribuem para que as Tatmadaw disponham das capacidades necessárias para levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito e cometer graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia.</p> <p>O conselho de administração da MEC é composto exclusivamente por oficiais generais (no ativo ou aposentados) das Tatmadaw.</p> | + |

+ JO: inserir a data de publicação do presente regulamento.

| | Nome | Elementos de identificação | Justificação | Data de inclusão na lista |
|--|------|---|---|---------------------------|
| | | Estabelecimento: Mianmar/Birmânia; Número de telefone: 01-8221369; Endereço eletrónico: mecadm.hq@gmail.com | A MEC e as suas filiais fizeram donativos para as forças militares em 2017, durante as cerimónias de angariação de fundos das Tatmadaw. Por conseguinte, a MEC apoiou financeiramente as Tatmadaw, contribuindo assim para a sua capacidade de levar a cabo "operações de limpeza" e de cometer graves violações dos direitos humanos contra a população roinja em 2017." | |

”